

COPA SEM ESCOLA



FOTOS SAMUEL COSTA

FIM DE HISTÓRIA— No Rio de Janeiro, menina observa operários derrubarem a casa onde morava, na Vila Autódromo, ao lado do Parque Olímpico

Educação para escanteio

► Obras para o Mundial de futebol e Olimpíadas deixaram milhares de jovens sem aula no país

PRIMEIRA DE UMA SÉRIE

Bruno Moreno
bmoreno@hojemdia.com.br

Enquanto se questiona qual será o legado dos megaeventos no Brasil, em especial o da Copa do Mundo, o direito à educação de milhares de crianças e adolescentes foi colocado para escanteio e está sendo lesado.

Desde 2010, entre 57,3 mil e 76,5 mil pessoas residentes em vilas e favelas, com idade entre 0 e 19 anos, foram afetadas diretamente e tiveram que mudar de escola ou creche em função das desapropriações ou remoções para as obras dos megaeventos.

O cálculo é feito com base no número de pessoas afetadas, aplicando-se o percentual de moradores dessa faixa

O Hoje em Dia percorreu 10 mil quilômetros em sete cidades-sede da Copa do Mundo

etária que residem em vilas e favelas no Brasil (38%), segundo o Censo de 2010, do IBGE.

Não há informações oficiais, apenas estimativas de quantas pessoas teriam sido desapropriadas ou removidas. Uma das mais confiáveis é a do Observatório das Metrôpoles, núcleo nacional de pesquisadores das cidades.

De acordo com o coordenador da pesquisa “Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 sobre as metrôpoles brasileiras”, Orlando Alves dos Santos Jr, é possível estimar entre 150 mil e 200 mil o número de pessoas (de todas as faixas etárias) que tiveram que deixar suas casas em função dessas obras. Foram utilizados dados de governos e dos Comitês dos Atingidos pela Copa de cada cidade.

MIGRAÇÃO

O processo migratório pelo qual o Brasil passou nos últimos cinco anos foi um dos maiores da história, se não o maior, em movimentação intraurbana – dentro da própria cidade. Geralmente, as famílias foram para mais longe da área central.

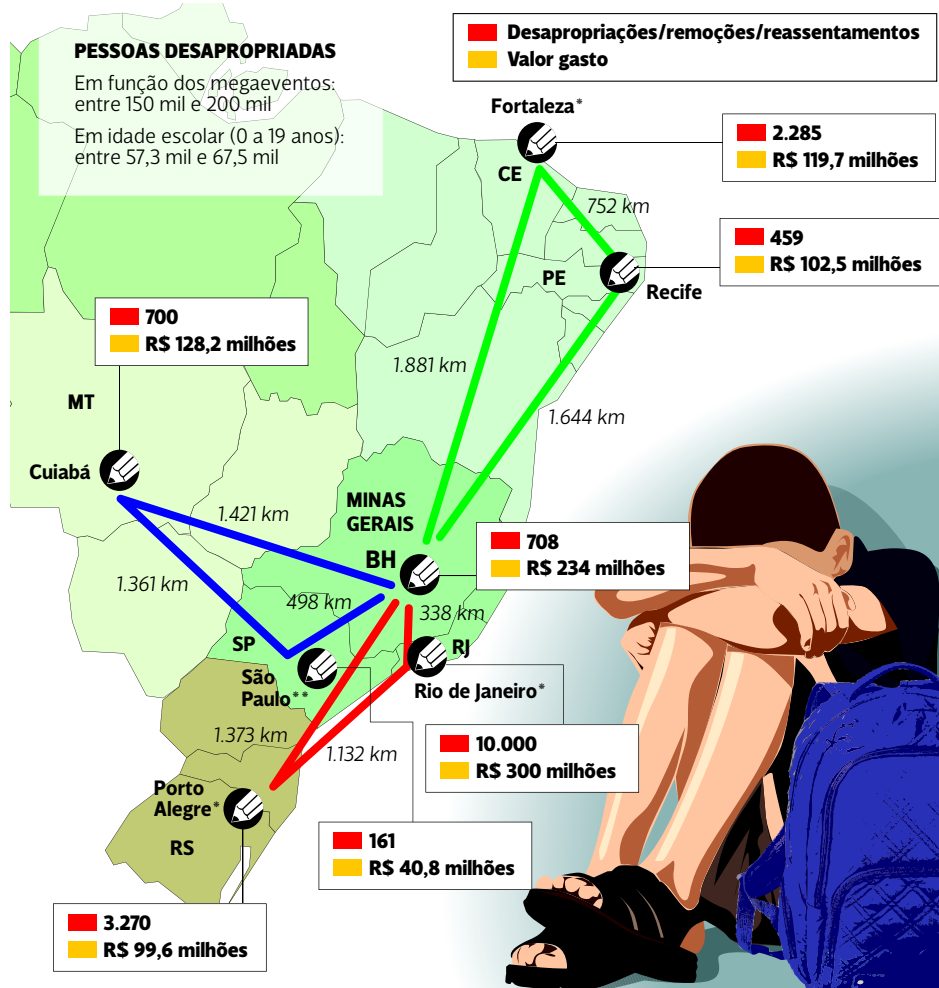
A ação, promovida pelo poder público, teve pouco ou nenhum suporte para que houvesse a continuidade da vida escolar das crianças e adolescentes afetados. Foi o que constatou o **Hoje em Dia** em visita a sete das 12 cidades-sede da Copa do Mundo, onde se concentraram maior número de remoções.

A série de reportagens que começa hoje mostrará casos de jovens que não se adaptaram à nova realidade ou não conseguiram vagas em escolas e largaram os estudos.

Há situações em que a ajuda de conhecidos e a sorte foram determinantes para que os jovens pudessem continuar a estudar, outras em que escolas comunitárias estão ameaçadas de fechar ou já pararam de funcionar.

Foram mais de 10 mil quilômetros percorridos, centenas de telefonemas e e-mails nos últimos três meses em busca dessas pessoas nas capitais Belo Horizonte, Cuiabá, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. ●

ROTEIRO DA REPORTAGEM
Situação nas cidades visitadas



* Dados oficiais não repassados de forma completa
** O Metrô SP se recusou a responder à demanda. Os dados foram retirados do Ministério do Esporte e do site do Metrô SP, e podem estar desatualizados
Fontes: Governos locais, Ministério do Esporte, Observatório das Metrôpoles, Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e Comitês dos Atingidos pela Copa

SAIBA MAIS

O projeto que deu origem a esta reportagem foi vencedor da Categoria Impreso do VII Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, realizado pela Andi, Childhood Brasil e o Unicef, com o apoio da OIT, da Fenaje e da Abraji.



Legislação precisa mudar no país

A defensora pública estadual de São Paulo Anaí Arantes Rodrigues, que acompanha processos de remoções e desapropriações na capital paulista,

avalia que a lei que trata do tema deveria ter sido atualizada há tempos.

“Nossa legislação tem que ser urgentemente reformulada e modernizada para, principalmente, reconhecer a posse em caso de desapropriação. Isso já resolveria boa parte dos problemas, porque as famílias receberiam uma indeniza-

ção mais justa”, avalia.

Para ela, é preciso um pacto nacional. “É necessário um marco legal nacional que determine requisitos e premissas dessas desapropriações de comunidades. Como funciona, o que o Estado tem que garantir às famílias em caso de deslocamento forçado”, diz. ●



Recomeço a 40 quilômetros de distância do antigo lar

► Família sai de Belo Horizonte para Betim e peregrinação em busca de vaga em escola foi sofrida

Morar relativamente perto do Centro de Belo Horizonte, em frente à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na avenida Antônio Carlos, na Pampulha, era um sonho para a estudante Rejiane Santos Rodrigues, de 18 anos. Filha de um casal de ex-moradores de rua, que ocuparam a área há pouco mais de uma década, ela viu sua família ser desapropriada para uma obra da Copa do Mundo, em 2011.

A casa que foi possível ser comprada com o dinheiro da indenização, no bairro Alto Boa Vista, vizinho ao Citrolândia, em Betim, na Grande BH, fica a aproximadamente 40 quilômetros de onde a família morava.

O casal, quando decidiu sair das ruas e montar uma família, pensou em dar tudo o que fosse possível para a filha que viria. E foi com isso em mente que, assim que se mudaram para Betim, os pais procuraram uma escola para que Rejiane pudesse continuar os estudos. Entretanto, demorou para conseguir escola.

“No começo foi difícil. Fiquei dois meses para conseguir vaga. Eu e minha mãe ficávamos tentando. Quando conse-

“No começo foi difícil. Eu e minha mãe ficávamos tentando vaga”, diz Rejiane



DESAPROPRIADA – Rejiane demorou dois meses para encontrar uma vaga na escola próxima à sua nova casa, distante 40 quilômetros de onde morava

gui, era no turno da noite e ficava com um pouco de medo ao voltar pra casa. Hoje já me acostumei”, lembra a garota.

VILA UFMG

Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), na Vila Recanto UFMG, 130 famílias foram removidas, em 2011, para a construção de um viaduto de acesso à avenida Abrahão Caram. Outras obras na capital foram feitas em função da Copa do Mundo e demandaram remoções, como a duplicação da avenida Pedro I e a Via 210 (no bairro Betânia). No total, na capital mineira, foram 708 famílias removidas, de acordo com a PBH.

Rejiane é uma das cerca de 900 crianças e adolescentes em idade escolar em Belo Horizonte que foram afetadas diretamente pelas obras da Copa do Mundo.

PREFERÊNCIA

Hoje, passados três anos da mudança, ela está acostumada com a vizinhança e gosta de onde mora. “Não queria ir para um apartamento por causa dos cachorros”, conta.

Mas, ao mesmo tempo, lamenta estar longe da UFMG, já que ela deve se formar neste ano no ensino médio. “Quero cursar psicologia. Se ainda morasse em frente à UFMG, seria ótimo”, afirma. ●

“

O que é o devido atendimento, no nosso entender? A pessoa tem que sair da situação em que se encontra e ir para uma outra igual ou melhor. Ela nunca pode piorar a qualidade devida em razão dessa intervenção pública”
Aná Arantes Rodrigues, defensora pública estadual em São Paulo

“Nós fomos muito bem recebidos aqui (na cidade de Confins) e estamos gostando. Contamos com a ajuda de muita gente. Mas sentimos falta da nossa família, que ficou separada”
Alédia Pereira, salgadeira, desapropriada nas obras da avenida Pedro I

Solidariedade para superar as dificuldades

Em contraposição às dificuldades que enfrentou com a remoção em função da duplicação da avenida Pedro I, na região de Venda Nova, em Belo Horizonte, a família da salgadeira Alédia Aparecida Otto Pereira, de 37 anos, contou com a sorte e a solidariedade de pessoas que nem conhecia. Principalmente para conseguir vaga na escola para os quatro filhos.

A família foi desapropriada em setembro do ano passado e, como tinha pouco tempo para sair, escolheu uma casa

em um bairro de Santa Luzia, na Grande BH. A intenção era ficar o mais perto possível dos parentes, já que alguns permaneceram próximo à antiga residência.

Na mudança, Alédia e família perceberam que o local era muito perigoso. Três dias depois, o chefe do marido dela o viu desesperado no trabalho e ajudou a conseguir uma casa para alugar no município de Confins.

Assim, em menos de uma semana eles fizeram duas mudanças. Depois de arrumar o teto para morar, faltava a es-

DIFÍCIL ADAPTAÇÃO – A família de Alédia não conseguiu viver na casa comprada com o dinheiro da indenização e foi preciso ajuda para se restabelecer em Confins, na Grande BH



cola das crianças. Assim, com ajuda até mesmo do prefeito da cidade, conseguiram vaga para todos os filhos. “Não tive

ajuda lá em Belo Horizonte, mas aqui me receberam muito bem e meus filhos não ficaram fora da escola. Foi sorte,

solidariedade e Deus”, aponta a salgadeira.

FAMÍLIA

Como a casa em Santa Luzia está para vender ou alugar, eles não conseguiram ainda utilizar os recursos da indenização para comprar outro imóvel, e estão arcando com o aluguel, o que nunca havia feito parte dos gastos da família.

Apesar disso, estão todos satisfeitos. “Aqui eles (os filhos) têm muita amizade. As pessoas nos receberam muito bem, temos uma vista linda. Mas a parte ruim é que ficamos longe da nossa família. Agora está cada um em um lugar”, lamenta Alédia. ●